

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.265 - SP (2018/0088664-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : SIDNEI FERNANDES MOURA
ADVOGADO : ANA CAROLINA RIBEIRO FORTES - SP147208
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por **SIDNEI FERNANDES MOURA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Sorocaba/SP homologou o reconhecimento da prática de falta grave imputada ao ora recorrente, consistente em desobediência e possível prática de comércio, determinando, em razão disso, a sua anotação para as consequências legais, bem como declarou a perda de 1/3 dos dias remidos (fls. 54/56).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, arguindo a nulidade do procedimento administrativo disciplinar apuratório da falta grave. O Tribunal de origem denegou a ordem nos termos da seguinte ementa:

"Habeas corpus - Alegação de suposta ilegalidade em procedimento administrativo disciplinar - Hipótese afastada - Constrangimento ilegal não evidenciado - Ordem denegada" (fl. 78).

Nas razões do recurso, a defesa sustenta, em síntese, que o recorrente não foi citado para comparecer à audiência das testemunhas (guardas penitenciários), bem como não teria sido ouvido em juízo, o que violaria seu direito de defesa (fls. 83/100).

Requer a concessão de liminar para suspender os efeitos da falta grave ora reconhecida. No mérito, pugna pela concessão da ordem para anular a sindicância administrativa e, por conseguinte, a falta grave imposta ao recorrente e a decisão homologatória.

O pedido de medida liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 123).

O Ministério Público Federal opina pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 151-155).

É o relatório.

Decido.

No caso dos autos, o Tribunal *a quo* afastou a alegada violação do direito de defesa do recorrente com suporte nos seguintes fundamentos:

"A Defesa técnica do paciente esteve presente ao ensejo de seu interrogatório (cf. fls. 35).

De outra parte, embora se verifique, conforme alegado na impetração, que o reeducando, ora sentenciado, não tivesse acompanhado a oitiva das testemunhas, **certo que sua defesa técnica esteve presente no ato e lhe foi garantido o direito a perguntas, conforme consta às fls. 36 e 37.** Nesse contexto, não há qualquer indício, ao contrário do alegado pela douta impetrante, de que tivesse havido simulação da ilegalidade do ato, tanto que diante

da atuação da defesa, a decisão da sindicância foi no sentido de absolver o reeducando da imputação de prática de comércio, reconhecendo, tão somente, a conduta consistente em desobediência. Por fim, quanto à determinação da perda de um terço (1/3) dos dias remidos, certo que a discussão sobre a fração imposta deve ser debatida em recurso próprio, não comportando análise na via estreita do *habeas corpus*." (e-STJ, fl. 79).

Quanto à matéria, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é desnecessária nova ouvida do reeducando em juízo, antes da homologação da falta grave, se ele teve a oportunidade de se manifestar no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apurar a prática de infração disciplinar, acompanhado da defesa técnica.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. APURAÇÃO MEDIANTE REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE OITIVA JUDICIAL DO APENADO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. [...] 2. **O entendimento consignado pelas instâncias ordinárias está em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que é desnecessária nova oitiva judicial do sentenciado, antes da homologação da falta grave, se ele teve a oportunidade de se manifestar no âmbito do procedimento administrativo, instaurado para apurar a infração disciplinar, no qual foi assegurado ao reeducando o contraditório e a ampla defesa, inclusive com a participação da defesa técnica.** Habeas corpus não conhecido." (HC 453.257/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 27/08/2018.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DE FALTA GRAVE. NULIDADE. HOMOLOGAÇÃO SEM PRÉVIA OITIVA DO APENADO EM JUÍZO. ATIPICIDADE. INSIGNIFICÂNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO. PENA MÉDIA OU LEVE. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. PERDA INTEGRAL DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM, DE OFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO. I - [...] II - **É desnecessária nova oitiva do reeducando em juízo, antes da homologação da falta grave, se ele teve a oportunidade de se manifestar no âmbito do procedimento administrativo, instaurado para apurar a prática de infração disciplinar, acompanhado da defesa técnica. Precedentes.** V - [...]." (AgRg no HC 445.459/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO - NÃO CABIMENTO - EXECUÇÃO PENAL - FALTA GRAVE - HOMOLOGAÇÃO FUNDAMENTADA APÓS REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PRÉVIA OITIVA JUDICIAL DO APENADO - PRESCINDIBILIDADE - PRECEDENTES - COMUTAÇÃO DE PENAS - INFRAÇÃO PRATICADA NOS DOZE MESES ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DO DECRETO - IMPOSSIBILIDADE. 1. [...] 3. **É desnecessária nova oitiva do apenado em juízo antes da homologação da falta grave se a ele foi oportunizado, como na espécie, manifestar-se no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apuração da infração disciplinar, devidamente acompanhado de defesa técnica** (AgRg no HC 332.346/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 29/09/2015).

4. In casu, por tudo que dos autos consta, foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa - exigidos na LEP e no art. 5º do Decreto Presidencial n. 8.615/2015 - em toda a apuração, reconhecimento e homologação da falta grave, não sendo possível vislumbrar o alegado constrangimento ilegal. 5. Habeas corpus não conhecido." (HC 409.546/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018.)

Dessa forma, inexistindo violação do direito de defesa do recorrente, não há, portanto, o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator